

A VISIBILIDADE DA POPULAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO JORNAL IMPRESSO: 1997 A 2000.

Keisyani da Silva Santos
Enicéia Gonçalves Mendes
Universidade Federal de São Carlos-UFSCar
CNPq
Eixo Temático:
Comunicação Oral

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa integra: a agenda do “Grupo de Pesquisa sobre Formação de Recursos Humanos e Ensino em Educação Especial” (GP-FOREESP/UFSCar) que desde 1999 vem desenvolvendo estudos sobre inclusão em escolas públicas; e o projeto Observatório Nacional da Educação Especial (Oneesp), com foco na produção de estudos integrados sobre políticas e práticas direcionadas à questão da inclusão escolar do público alvo da Educação Especial na realidade brasileira, que está sendo desenvolvido no âmbito de uma rede nacional de pesquisadores da área de Educação Especial. Considerando que o município de São Carlos faz parte do universo dos municípios que estão sendo investigados e que este se constitui num dos municípios onde estudos pilotos estão sendo desenvolvidos, a presente pesquisa teve como objetivo identificar e analisar as temáticas, personagens e a condição de deficiência mais explorada pela mídia impressa no município de São Carlos, no período de 1997 a 2000. A justificativa se dá pela escassez de conhecimentos científicos sobre a história da educação especial, principalmente em contextos locais. Assim, este estudo fundamenta-se, na história da Educação Especial brasileira.

Marcos históricos e normativos da educação especial na década de 1990

As políticas internacionais como a Declaração Mundial sobre a Educação para Todos, em 1990, e a Declaração de Salamanca, em 1994, tiveram grande influência nos encaminhamentos para as políticas públicas em diversos países, inclusive no Brasil (MENDES, 2006).

Em 1994 foi publicada a Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, 1994), a educação especial é caracterizada pelos seguintes aspectos: promotora do desenvolvimento das potencialidades das pessoas com deficiência, condutas típicas e altas habilidades, em diferentes níveis de ensino, e fundamentada em referenciais teórico e práticos que estejam de acordo com as necessidades específicas dos alunos. Há neste documento orientações para a integração escolar de alunos com necessidades especiais desde que apresentem condições de

acompanhar o ensino regular, assim como os demais alunos. Nesta perspectiva de homogeneização e padronização do ensino e aprendizagem dos alunos, esta política não insitou que práticas educacionais fossem repensadas. Sobre o atendimento educacional especializado novamente não é esclarecido a especificidade da ação educacional, mas altera os locais, são incorporados: atendimento domiciliar, classe hospitalar, sala de estimulação essencial; outra diferença é que não há menção sobre o apoio pedagógico especializado para os alunos das classes regulares.

Os pressupostos da escola inclusiva foram reforçados no bojo da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB/96). No que tange às crianças e jovens público alvo da educação especial, foi garantida legalmente a matrícula nas escolas públicas regulares. A LDB/96 ao tratar do processo de escolarização do público alvo de educação especial também previu em seu art. 58, que fossem oferecidas oportunidades preferencialmente, na rede regular de ensino (BRASIL, 1996). A partir de então, a legislação propiciou um momento bastante significativo se considerarmos alguns dispositivos legais que pareciam ser suficientes para garantir o dever do Estado para com a educação escolar, a oferta obrigatória de vagas nas escolas públicas, a proposta de um sistema nacional de educação e alguns avanços na relação entre educação regular e educação especial, bem como na educação especial pública e privada.

Vale destacar também que diante dos problemas de desempenho dos alunos, a educação nacional do país vinha sendo cada vez mais pressionada por agências multilaterais a adotar políticas de “educação para todos” e de “educação inclusiva”. Desta forma, a década de 1990 representou um período de transição e de importantes mudanças no cenário da educação especial, além das conquistas dos direitos das pessoas com deficiência, no âmbito nacional.

Contextualização do município de São Carlos

De acordo com os dados do IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística a população de São Carlos no ano de 1996 era de 174.433 habitantes, e em 2000 havia 192.998 habitantes no município, representando um aumento de aproximadamente 10% da população, em neste período. O IDH (índice de desenvolvimento humano) municipal em 2000 foi de 0,841, índice considerado elevado, o 17º maior IDH do estado de São Paulo, juntamente com a capital estadual. Porém, cabe ressaltar que a desigualdade social é grande, o município de São Carlos possuía, e ainda possui, grandes bolsões de pobreza, concentradas na região periférica, nas quais a população dispunha de precárias condições de vida, como saneamento básico, saúde e educação, por exemplo.

De acordo com um estudo descrito por Oliveira (1998) havia altos índices de concentração de renda, pois 2,7% dos chefes de família ganhavam mais de vinte salários mínimos, enquanto 7,9% dos chefes de família não dispunham de renda alguma, e a maior faixa populacional, 48,43%, dispunham de até três salários mínimos. Estes dados evidenciam o quão grande é a desigualdade social e contradições no município, que infelizmente não é diferente da realidade estadual e nacional.

Neste período, no município existiam três importantes associações de e para pessoas com deficiência, a Associação de Pais e Amigos do Excepcional- APAE, a Associação de Capacitação e Orientação e Desenvolvimento do Excepcional- ACORDE e a Associação dos Deficientes de São Carlos- ADESC. As associações para pessoas com deficiência, a APAE e a ACORDE, oferecem às pessoas com deficiência intelectual e múltipla atendimento educacional e de reabilitação, com profissionais da área da saúde.

OJETIVO

Esta pesquisa teve como objetivo identificar e analisar as temáticas, personagens e a condição de deficiência mais explorada pela mídia impressa no município de São Carlos, no período de 1997 a 2000.

MÉTODO

O presente estudo caracteriza-se por uma pesquisa historiográfica e baseou-se em procedimentos de análise documental descritivo. De acordo com Rodrigues (1969) na pesquisa histórica o principal objeto a ser descoberto não é o fato em si, mas que pensamento expressa, possibilitando a conexão entre os fatos históricos através das provas documentais.

A fonte documental utilizada foi o jornal A Folha, do município de São Carlos- SP e região, que está em circulação desde 1962. O período delimitado para este estudo compreende os anos de 1997 a 2000, totalizando 1.828 edições investigadas.

A coleta de dados foi realizada na Biblioteca Municipal da Câmara de São Carlos, que abriga em seu acervo edições do jornal A Folha, e estava disponível para consulta. Os seguintes materiais foram necessários para o desenvolvimento da coleta de dados: câmera fotográfica digital, para a digitalização das matérias selecionadas, luvas descartáveis, para a conservação dos documentos e máscaras para prevenção de infecções bacterianas. Após o exame sistemático de cada edição, as matérias relacionadas à educação especial e seu público alvo foram fotografadas, e transformadas em arquivos digitais, posteriormente armazenados

em um banco de dados computadorizado.

O procedimento de análise dos dados consistiu na classificação das matérias selecionadas três eixos: Classificação da Condição, Classificação do Personagem e Classificação do Tema. E posteriormente uma análise quantitativa, com base no cálculo de frequência absoluta e acumulada, foi realizada para identificar quais foram a condição de deficiência, personagem e temática que tiveram maior visibilidade no jornal impresso.

RESULTADOS

Dentre as 1.828 edições investigadas no jornal impresso A Folha, referentes aos anos de 1997, 1998, 1999 e 2000, período correspondente à gestão administrativa de João Otávio Dagnone de Melo, foram encontradas e analisadas 181 matérias publicadas relacionadas ao público alvo da educação especial, que abrange pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação. O gráfico 1 apresenta a quantidade de matérias selecionadas em cada ano pesquisado.

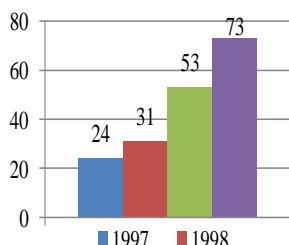


Gráfico 1- Número total de matérias encontradas que se referem às pessoas com deficiência e a educação especial, por ano investigado.

Os dados do gráfico 1 indicam que no período investigado houve um crescimento contínuo de matérias publicadas na mídia impressa. O aumento corresponde a mais de 300% (n=49), ou seja, em relação ao primeiro ano investigado o número de matérias triplicou no último ano. No ano de 2000 houve o maior número de matérias publicadas, sendo responsável por quase metade da amostra 40,3% (n=73), seguidos pelos anos de 1999 com 29,4% (n=53), 1998 com 17,3% (n=31) e o ano de 1997 com 13,3% (n=24), representando o menor índice de matérias elegíveis para análise. Em consonância com o crescimento no número de matérias por ano, a média de matérias publicadas por mês também teve um aumento médio significativo, sendo no primeiro ano, 1997, duas matérias por mês e no último ano, 2000, seis matérias por mês. Um fator que pode ter contribuído para frequência na publicação dessas matérias consiste na existência de três associações destinadas às pessoas

com deficiência na cidade, sendo elas: Associação de Pais e Amigos do Excepcional (APAE), Associação dos Deficientes de São Carlos (ADESC), Associação de Capacitação Orientação e Desenvolvimento do Excepcional (ACORDE), dado que 33,1%, ou seja, 60 de 181, das matérias estavam relacionadas às instituições mencionadas.

Após uma análise das matérias, as mesmas foram relacionadas ao público alvo da educação especial e à educação especial, sendo selecionadas e categorizadas com base em três sistemas de classificação: da condição, do personagem e do tema.

Classificação da Condição

O sistema de classificação da condição de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades, tem como objetivo identificar quais destas categorias foram mais frequentes na mídia impressa. As matérias selecionadas foram organizadas com base nas seguintes categorias de análise: AU- Autismo; DA- Deficiência auditiva; DI- Deficiência Intelectual; DF- Deficiência Física; Deficiência Visual; TG- Termos genéricos; OU- Outros. O Gráfico 2, a seguir, apresenta a distribuição das matérias nas categorias mencionadas. Há de se observar que neste período não houve matérias sobre deficiência múltipla, surdo- cegueira e altas habilidades.

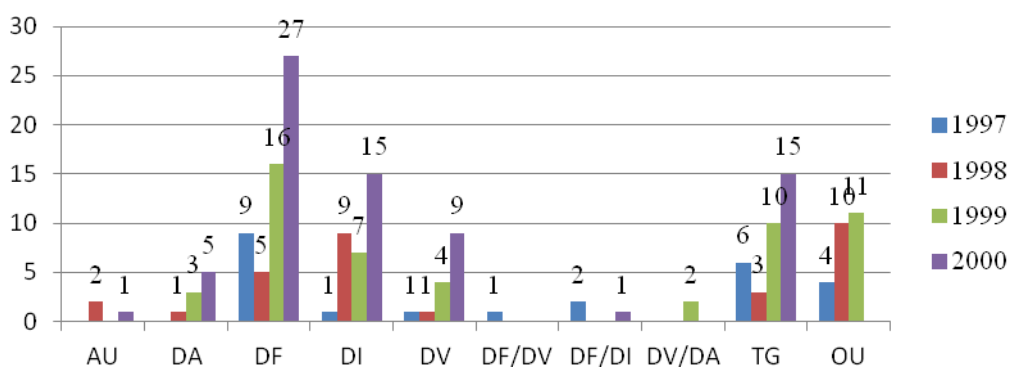


Gráfico 2- Quantidade de matérias relacionadas às condições de deficiência, tratadas na mídia impressa no decorrer do período investigado, 1997 a 2000.

Com base nos dados do Gráfico 2, pode-se identificar que a deficiência física (DF) foi a condição que foi mais explorada pela mídia impressa local com 31,5% (n=57), cabe ressaltar a discrepância na quantidade de matérias relacionadas à deficiência física nos quatro anos investigados, dado o aumento brusco no ano de 1998, que triplicou, em relação ao primeiro ano, o número de matérias relacionadas a deficiência física, especificamente. Em seguida os termos genéricos (TG) representam 18,8% (n=34) das matérias selecionadas. A deficiência intelectual foi abordada em 17,7% (n=32), enquanto a deficiência visual foi

abordada em 8,3% (=15) e a deficiência auditiva em 5% (n=9) das matérias. Em menor frequência as matérias sobre: autismo (AU) 1,7% (n=3); deficiência física e intelectual (DF/DI) 1,7% (n= 3); deficiências visual e auditiva (DV/DA) 1,1% (n=2); e deficiência física e visual 0,6% (n=1). Um conjunto de 13,8% (n=25) não fazia menção a nenhuma condição de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades, mas usava o termo Educação Especial ou referiam-se às associações municipais, assim ainda que indiretamente referiram-se também à população alvo esta modalidade de ensino.

Classificação do Personagem

O sistema de classificação do personagem tem como objetivo identificar quais são os principais agentes ou instituições envolvidas nas matérias relacionadas às pessoas com deficiência. O gráfico 3, a seguir, apresenta a classificação das matérias nas seguintes categorias: AC- Agentes da comunidade; ADD- Associação de pessoas com deficiência; APD- Associação para pessoa com deficiência; OF- Órgão Federal; PEL- Poder executivo local; PLL- Poder legislativo local; PRO- Profissionais; UP- Universidade e pesquisadores; OU- Outros.

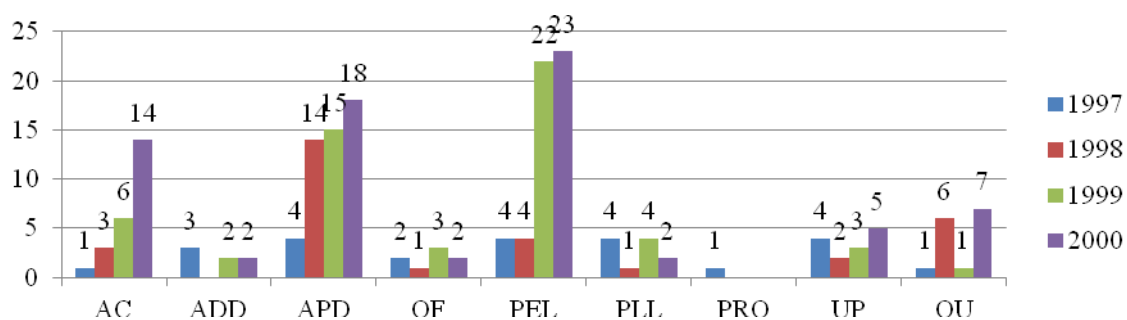


Gráfico 3- Quantidade de matérias relacionadas aos principais personagens, tratados na mídia impressa no decorrer do período investigado, 1997 a 2000.

A partir da análise dos dados apresentados pelo gráfico 3 nota-se que o poder executivo local (PEL) foi o personagem central de 29,3% (n=53) das matérias, que destacaram a iniciativa de ações do setor público em relação às pessoas com deficiência, em diferentes áreas. Nestas matérias destaca-se o envolvimento das secretarias municipais de Educação, Saúde e Habitação. Em seguida as associações para pessoas com deficiência (APD) foram os personagens mais recorrentes das matérias selecionadas, dado que, há o percentual de 28,2%, ou seja, entre as 181 matérias 51 referem-se às associações para pessoas com deficiência do município.

Na categoria de agentes da comunidade (AC), 13,3% (n=24) matérias foram enquadradas, podendo-se perceber um aumento significativo no último ano investigado. Com 7,7% (n=14) das matérias, referem-se a universidades e pesquisadores (UP), havendo destaque para matérias relacionadas à Universidade Federal de São Carlos, principalmente sobre o Programa de Pós-Graduação em Educação Especial- PPGEEs.

O poder legislativo local (PEL) foi personagem central de 6% (n= 11), cabe ressaltar que nas matérias sobre o poder legislativo local, houve o envolvimento dos vereadores municipais em iniciativas públicas de melhorias na condição de vida e conquista de direitos das pessoas com deficiência. As associações das pessoas com deficiências (ADD) municipais foram personagens de 3,8%, (n=7). A categoria sobre órgão federal (OF) representou 3,3% (n=6), dentre os órgão federais tratados pelas nas matérias o Ministério da Educação- MEC foi o mais mencionado, e a categoria profissionais (PRO) teve apenas uma matéria, nos quatro anos investigados. A categoria outro (OU) corresponde a 8,2%, (n=15), que corresponde a matérias que não se enquadraram em nenhuma das demais categorias.

Classificação do tema

A classificação de acordo com o tema central trazido pelas matérias publicadas tem como objetivo identificar as principais temáticas relacionadas às pessoas com deficiência abordadas pela mídia impressa. O gráfico 4 a seguir, apresenta as 181 matérias classificadas nas seguintes categorias: AC- Acessibilidade; AS- Assistência social; CI- Ciência; CU- Cultura; ED- Educação; ES- Esporte; FI- Filantropia; HA- Habitação; IS- Integração social; SA- Saúde; TN- Transporte; TR- Trabalho e OU- outros.

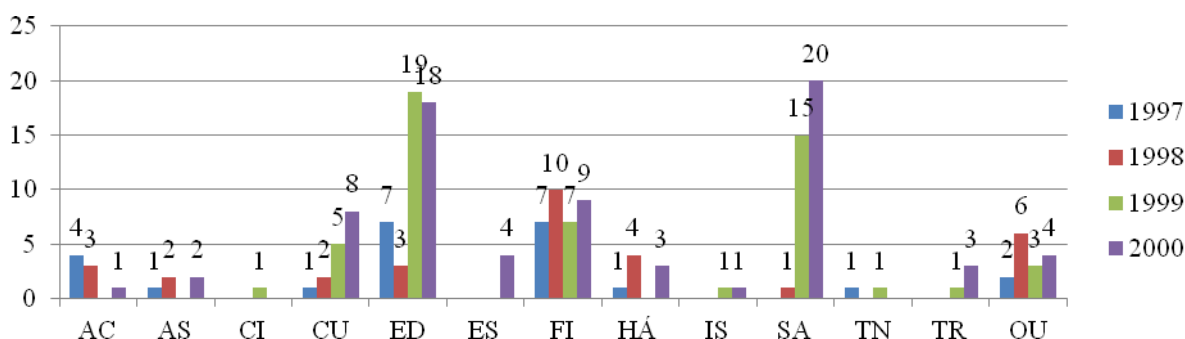


Gráfico 4- Quantidade de matérias relacionadas às temáticas mais recorrentes, tratadas na mídia impressa no decorrer do período investigado, 1997 a 2000.

Com base na análise do gráfico 4, pode-se perceber que há a predominância de matérias relacionadas à educação (ED), pois esta temática compreendeu 26% (n= 47) das

matérias. Seguida pelas temáticas de saúde (SA) e filantropia (FI), com 19,9% (n=36) e 18,2% (n=33) respectivamente. Estas três categorias envolveram 64,1%, ou seja, 116 das 181 matérias selecionadas para análise. Assim, pode-se afirmar que estas temáticas foram mais exploradas pela mídia impressa, no período investigado.

Matérias relacionadas às questões de acessibilidade (AC) compreenderam 4,4%, (n=8), e ressaltavam, principalmente, a necessidade de adaptações que visassem à eliminação de barreiras arquitetônicas e na comunicação dos serviços municipais prestados à população. Sobre questões de habitação (HA) correspondem a 4,4%, (n=8), estando relacionadas ao programa de loteamento popular realizado no município, e que reservou lotes famílias de pessoas com deficiência. Logo em seguida, aparecem as matérias referentes à assistência social, com 2,8%, (n=5), nas quais os conteúdos tratavam sobre a concessão de benefícios assistenciais, tanto às pessoas com deficiência quanto às instituições assistenciais para pessoas com deficiência. As categorias: esporte (ES) e trabalho (TR) corresponderam a 2,2% (n=4) cada; pode-se observar que as quatro matérias da categoria esporte foram publicadas no último ano investigado e a categoria trabalho teve apenas uma matéria no ano de 1999 e três no ano de 2000. A integração/inclusão social (IS) e o transporte (TN) foram tema de 1,1% (n=2) das matérias selecionadas, cada. Por fim, na categoria ciência (CI) houve apenas uma matéria. A categoria outros (OU) refere-se a 8,2%, (n=15) matérias, nas quais as temáticas não se enquadraram nas demais categorias.

Poder público local e Educação X Associações para pessoas com deficiência e Filantropia

As categorias que envolveram o poder executivo local (PEL) e as associações para pessoas com deficiência (APD), assim como, as categorias educação (ED) e filantropia (FI) tiveram destaque nas publicações da mídia impressa no período investigado. Destarte, buscou-se uma análise que possibilitasse a compreensão da relação entre estas instituições e temáticas. O gráfico 5 apresenta o total de publicações das categorias acima mencionadas nos anos investigados.

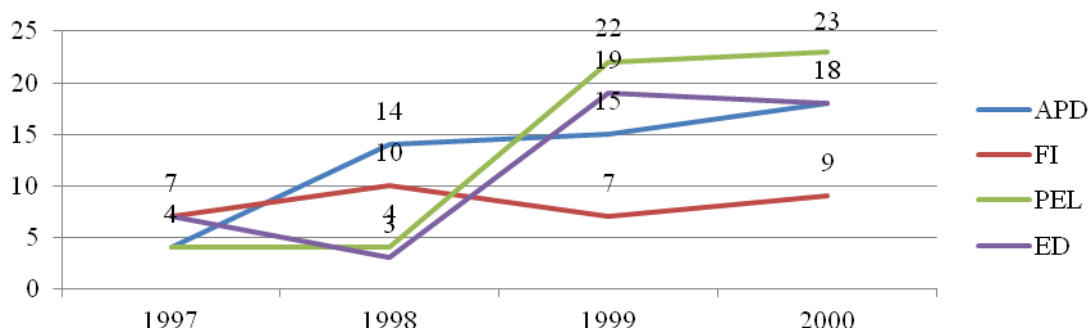


Gráfico 5. Frequência acumulada das categorias com maior destaque nas publicações da mídia impressa

Conforme os dados apresentados no gráfico 5 acima pode-se perceber que o índice das categorias poder executivo local (PEL) e educação (ED) possuem uma variação proporcional, assim com as categorias associações para pessoas com deficiência (APD) e filantropia (FI), pois o total de matérias dos pares de categorias ao longo do período analisado demonstraram maior frequência ou menor frequência, próximos em determinados anos. Tal fator pode indicar uma relação direta entre estas categorias, ou seja, nas matérias cujo personagem central foi o PEL a temática mais recorrente estava relacionada à ED e quando o personagem central referia-se as APD a temática mais recorrente foi a FI.

Ao contrário, as categorias educação (ED) e filantropia (FI), assim como, poder executivo local (PEL) e as associações para pessoas com deficiência (APD), possuem uma variação inversa. Dado que, as categorias PEL e APD apresentam uma aceleração cuja variação é inversa.

Cabe destacar que nos anos de 1997 e 1998 as APD tiveram o crescimento mais acelerado, representado pelo aumento de 7 matérias, e a partir de então há uma desaceleração, representado pelo aumento de quatro matérias, entre 1998 e 1999, e três, entre 1999 e 2000, ou seja, a aceleração mais que a metade do valor inicial. O PEL inicialmente teve um aumento baixo, uma matéria a mais no ano de 1998, em relação a 1997, posteriormente o crescimento teve uma aceleração positiva, com o aumento de 17 matérias entre os anos de 1998 e 1999. Em relação às categorias ED e FI, o ano de 1998 ganhou destaque, pois há um aumento na frequência da categoria FI, em relação a 1997, com o aumento de três matérias, mas nos anos posteriores há diminuição na frequência, das matérias publicadas relacionadas às associações municipais. E o processo inverso pode ser observado com a categoria ED, que em relação a 1997 tem uma aceleração negativa, com a diminuição de quatro matérias, e nos anos posteriores há um aumento na frequência, representada pelo aumento de 16 matérias, entre 1998 e 1999.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados obtidos nesta pesquisa, algumas considerações podem ser feitas sobre a visibilidade que a educação especial e as pessoas com deficiência tiveram no município de São Carlos.

Ao longo deste período questões sobre a educação especial e outras temáticas que envolveram pessoas em condição de deficiência (intelectual, visual, auditiva, física e autismo) tiveram visibilidade na mídia impressa. Este é um fato importante, pois revela que a sociedade

não esteve indiferente a esta população, a suas necessidades e conquistas, a atenção da mídia pode despertar e conscientizar a população leitora sobre tais questões. Pois a mídia impressa, é um veículo de comunicação em massa que exerce grande influência sobre a formação de opinião e apropriação de informação, além de comunicar sobre os acontecimentos e temas que são de interesse social, em determinado momento histórico.

No âmbito da educação especial no município de São Carlos, se pode perceber o envolvimento do poder executivo e legislativo para que alunos em condição de deficiência tivessem acesso à educação regular pública e ao atendimento especializado para que as especificidades deste alunado fossem atendidas. No entanto, através das matérias veiculadas na mídia, não foi possível identificar de forma mais clara como se dava a escolarização dos alunos em condição de deficiência na rede pública de ensino.

A presença das instituições assistenciais do município (APAE, ACORDE e ADESC) foi fortemente marcada na mídia impressa. Acredita-se que a existência destas instituições no município tenha estimulado as publicações e a presença desta temática na mídia, além da contribuição para outras iniciativas públicas em relação às pessoas com deficiência, principalmente a preocupação com a acessibilidade e moradia, que contou com a reivindicação dos direitos destas pessoas através das associações, principalmente a ADESC.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm >. Acesso em: 15 abr. 2012.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

_____. **Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf> >. Acesso em: 15 abr. 2012.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. v. 11, p. 387-405, 2006.

OLIVEIRA, A. C. J. **A participação popular e o clientelismo em São Carlos**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Estado de São Paulo, 1998.1998

RODRIGUES, J. H. **A pesquisa histórica no Brasil**. 2º ed. v. 20. São Paulo: Companhia Editorial Nacional. 1969